

Educação

nas eleições 2018



Carta
Educação



ação
educativa

NAS ELEIÇÕES 2018

#educacaonaseleicoes2018

#educacaonaseleicoes

é uma parceria entre Carta Educação, Ação Educativa e De Olho nos Planos. Este PDF é apenas uma parte dos conteúdos publicados.

Você pode conferir mais em:

- <http://www.cartaeducacao.com.br/>
- <http://www.acaoeducativa.org.br>
- <http://www.deolhonosplanos.org.br/>

Sumário

O QUE 10 PRESIDENCIÁVEIS PROPÕEM PARA A EDUCAÇÃO	4
Álvaro Dias (PODEMOS)	5
Ciro Gomes (PDT)	6
Fernando Haddad (PT)	8
Geraldo Alckmin (PSDB)	10
Guilherme Boulos (PSOL)	13
Herique Meirelles (MDB)	15
Jair Bolsonaro (PSL)	17
João Amoêdo (NOVO)	19
José Maria Eymael (PSDC)	21
Marina Silva (REDE)	24
ARTIGOS	
Corrida Presidencial: Plano Nacional de Educação tem presença tímida em debate eleitoral	26
Entre a propaganda e a realidade da Reforma do Ensino Médio	28
Base Nacional Comum e a defesa da centralização curricular nas candidaturas ao Planalto	30
No centro da fogueira: gênero, raça e diversidade sexual nas eleições	32
Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?	34
Analfabetismo no Brasil: estratégias para superação e atual cenário político	37
Debater política em sala de aula é imprescindível	39

Prioridade.

Esta é a palavra mais associada à educação, sobretudo, em tempos de campanhas eleitorais. Nos programas das candidaturas à presidência do País, várias são as promessas de compromisso com a agenda e com a melhoria dos índices educacionais.

Fruto de ampla disputa política, as propostas de educação passam longe de ser consenso. Por isso, esclarecer o que consta nos programas e analisar sua viabilidade é fundamental para qualificar o debate público e dar consistência à disputa eleitoral.

“Está em jogo no campo da educação a manutenção de uma educação pública e gratuita para todos e todas com os necessários investimentos para a ampliação da qualidade, com propostas pedagógicas condizentes com a demanda dos tempos em que vivemos. O eleitor precisa ter em vista que, para alcançar bons níveis de educação, não basta fazer grandes promessas, é preciso que se estruture uma política de longo prazo, que garanta as condições para um avanço consistente”, afirma Roberto Catelli, coordenador executivo da Ação Educativa.

No esforço de ajudar o eleitorado nessa difícil escolha, Carta Educação, Ação Educativa e De Olho nos Planos lançam o especial **#EducaçãoNasEleições / #EducaçãoNasEleições2018**: uma cobertura especializada sobre os principais desafios para a garantia de uma educação pública, laica e de qualidade. Nesse encarte/e-book, você encontrará uma análise das 10 candidaturas à presidência com maior intenção de voto e artigos sobre como temas cruciais da agenda educacional tem aparecido nas eleições. Boa leitura!



Álvaro Dias

PODEMOS

PROPOSTAS

- Tornar o FUNDEB permanente
- Priorizar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental



PONTOS FORTES

Um ponto de destaque do programa é disposição de tornar o Fundeb permanente. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental também são prioridades incontestáveis.



PONTOS CRÍTICOS

A chamada do programa “Educação para o Futuro” é ruim. Educação acontece hoje, é contínua. A proposta também dá a entender que se quer reinventar a educação quando, na verdade, é preciso enfrentar questões importantes que já estão postas.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

O programa é omissivo ao não propor formas de enfrentar as desigualdades regionais, étnico-raciais e de gênero existentes no país. Também não cita e não se posiciona quanto ao crescente movimento pela “Escola Sem Partido”, que é uma grande pedra no caminho para a garantia do direito à educação.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

Não há correlação com aspectos econômicos. Como garantir 100% de educação integral com engessamento do orçamento provocado pela Emenda Constitucional 95 e com toda a retirada de direitos que tem ocorrido?

COMENTADORA:

Ana Lúcia Silva Souza é doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Campinas, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e sócia e diretora da Ação Educativa.





Ciro Gomes

PDT

PROPOSTAS

- Obter no Ensino Fundamental do Brasil os mesmos resultados alcançados no Ceará, que com 77 das 100 escolas melhores colocadas no Ideb do Ensino Fundamental, tornou-se referência nacional
- Ampliar o Investimento em escolas em tempo integral
- Criar bolsa Ensino Médio, prevendo pagamento de remuneração mensal aos estudantes da rede pública que apresentarem frequência mínima à escola e ganhos crescentes no desempenho escolar
- Criar mecanismos de premiação nas escolas que conseguirem reduzir a evasão de estudantes e melhorar o desempenho em exames nacionais
- Instituir novo Fundeb, que deve prever que a União repasse de 10% adicionais discricionários de acordo com a adesão do município/estado aos resultados alcançados
- Eliminar o uso de material de ensino e educação estereotipados, que reforçam o papel da mulher como menos apta ao mundo da produção ao mais aptas à esfera doméstica
- Incluir o combate a toda forma de preconceito, seja ele por raça, etnia, sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero no Plano Nacional de Educação
- Garantir a implementação da 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana
- Eliminar o analfabetismo escolar
- Revogar a Emenda Constitucional 95, que coloca um teto aos gastos sociais

CIRO GOMES **PDT**



PONTOS FORTES

Combate a todo tipo de preconceito via currículo; qualificação da formação docente articulada a universidades, destacando a Educação Especial; garantia de condições materiais para as escolas; e preocupação com processos de negociação.



PONTOS CRÍTICOS

Condicionamento de aportes a redes, escolas e alunos a avaliações internas e externas; defesa do financiamento privado; sinalização da educação integral como política focal; e abordagem indevida das baixas proficiências em leitura.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Políticas para Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio profissionalizante e Educação Superior, especialmente, para seleção, permanência estudantil, financiamento e pesquisa; e currículo e BNCC.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

São muito genéricas e gravitam em torno de elementos meritocráticos, não abordando os condicionantes da Lei do Teto, as metas do PNE e sem um diagnóstico, não apontando para uma política educacional democratizante no escopo de um mandato.

COMENTADOR:
Ocimar Alavarse,
professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (Gepave). Mestre e doutor em Educação pela USP.





Geraldo Alckmin

PSDB

PROPOSTAS

- Crescer 50 pontos em 8 anos no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)
- Garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até 2027
- Priorizar primeira infância, integrando saúde, assistência e educação
- Investimento na formação e qualificação docente

GERALDO ALCKMIN **PSDB**



PONTOS FORTES

O reconhecimento da necessidade de políticas intersetoriais para o desenvolvimento de políticas de atenção à primeira infância, além da intenção de investir na formação e qualificação dos professores.



PONTOS CRÍTICOS

Não define fontes de recurso para o financiamento da educação tendo em vista a própria Lei do Teto de Gastos que limita os recursos para a educação, que teve o apoio de seu Partido.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Não faz referência ao Plano Nacional de Educação (PNE), não se coloca sobre as demais etapas da educação: Ensino Fundamental, Médio e Superior, não propõe uma estratégia para redução do analfabetismo no país, nem formula proposições acerca da educação de jovens e adultos em um país em que quase metade da população com 15 anos ou mais não concluiu o Ensino Fundamental.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

Entre 2000 e 2015, o Brasil cresceu apenas 8 pontos em leitura no PISA, como fazer crescer 50 pontos nos próximos 8 anos sem que sejam definidas estratégias específicas para fazer avançar o que não conseguiu em 15 anos?

COMENTADOR:
Roberto Catelli Jr., doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador executivo da Ação Educativa. Tem experiência principalmente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, políticas públicas de educação, avaliação educacional e ensino de História.





Guilherme Boulos

PSOL

PROPOSTAS

- Revogar a Emenda Constitucional 95 (EC95), a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular
- Garantir o cumprimento do PNE
- Retomar o funcionamento do Fórum Nacional de Educação e discutir sua composição de forma democrática
- Retomar a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE)
- Reformular o Conselho Nacional de Educação, incorporando a antiga reivindicação de que seja um órgão deliberativo e representativo
- Regulamentar e implementar o SNE
- Responsabilizar o Ministério da Educação (MEC) pela estruturação dos conteúdos em matérias não especificamente técnicas militares, na educação de militares, em todos os níveis
- Regulamentar o Custo-Aluno-Qualidade-Inicial (QAQi) e incluí-lo no Fundeb como valor mínimo
- Garantir uma política de expansão de vagas com recursos adicionais para investimento no fundo
- Aplicar e ampliar as políticas de cotas raciais e de permanência nas universidades
- Implementar as leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e particular de ensino, capacitando os professores para dar aulas sobre o tema criando mecanismos de controle e responsabilização de instituições e profissionais que descumprem a lei

- Desenvolver política nacional para prevenir a discriminação e o preconceito contra as pessoas trans na infância e na adolescência, com ênfase na educação formal

- Produzir material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras e estudantes

- Fazer auditoria em programas federais que repassam recursos públicos para o setor privado, fazendo transição dos estudantes do PROUNI e FIES para a oferta pública

- Encaminhar ao Congresso normas de regulação do exercício privado de oferta educacional

- Propor moratória de 1 ano para dívidas estudantes do FIES e fazer programa de refinanciamento das dívidas em discussão com estudantes

- Garantir a pluralidade das ideias e a liberdade docente como determinado pela CF, adotando medidas para fortalecer a escola como espaço de promoção de valores democráticos, cidadãos e antidiscriminatórios

- Estabelecer políticas que assegurem a interculturalidade assegurando espaços educacionais auto organizados pelos povos indígena, quilombola e demais grupos sociais

- Rediscutir o aprimoramento e a democratização dos processos de avaliação em larga escala e seus indicadores (como IDEB), valorizando a avaliação diagnóstica, processual e formativa

- Auxiliar municípios e estados com maior dificuldade financeira a cumprir o piso nacional do magistério

- Alcançar um valor de piso nacional compatível com o salário mínimo necessário do DIEESE, o que significaria um reajuste superior a 50% no atual valor

GUILHERME BOULOS *PSOL*



PONTOS FORTES

O programa não inventa; ele é uma boa síntese das propostas que foram sendo desenvolvidas ao longo dos últimos anos pelos setores comprometidos com a expansão e melhoria da qualidade da escola pública. Ele sintetiza boa parte das deliberações que aconteceram nas conferências nacionais de educação (Conaes).



PONTOS CRÍTICOS

Posição um pouco ambígua em relação ao FIES. A União gasta mais com o FIES do que com toda a Educação Superior pública. Entendo que o correto seria não assinar novos contratos e ter deságio no repasse dos recursos dos contratos vigentes, cujos valores são artificialmente inflados. Sobre o Prouni, o programa só faz sentido em relação às instituições não lucrativas.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

O programa não estabelece uma meta de ampliação do esforço da União, em relação ao PIB, tendo em vista a meta de financiamento (20) do PNE.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

O programa é coerente com o PNE, que estabelece a meta de investimento de 10% do PIB de recursos públicos em educação pública. Essa meta é compatível com o sistema tributário brasileiro, em especial se houver uma efetiva taxação dos mais ricos e uma redução dos gastos com juros da dívida pública, ações previstas no programa.

COMENTADOR:
José Marcelino Pinto, professor da Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem experiência em política e gestão educacional com ênfase em financiamento da educação.





Henrique Meirelles

MDB

PROPOSTAS

- Dar condições materiais às famílias, treinamento e condições de trabalho aos professores

- Afastar qualquer possibilidade de ideologização do ensino

- Criar o Pró-Criança, oferecendo, nos moldes do Prouni, a todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família o direito de optar por colocar seus filhos em creches particulares

HENRIQUE MEIRELLES **MDB**



PONTOS FORTES

Intitulado O Brasil Mais Justo, proposta dá destaque à necessidade de uma educação de qualidade, ponto de partida para a garantia do direito humano à educação. Além do mais, destaca a Educação Infantil, fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e que apresenta diversos desafios para a equidade na educação.



PONTOS CRÍTICOS

Se restringe à Educação Básica e não menciona as demais etapas e modalidades; reafirma o equívoco de comparar nosso investimento com o de outros países da OCDE, levando a acreditar que o problema é a alocação e não o montante de recursos; apresenta visão de educação para mercado de trabalho; fala de desigualdades de forma genérica; defende o fomento privado para a educação infantil.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Não toca no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e sexualidade, na garantia à laicidade, na discussão de acesso e permanência na escola e não menciona a política de ações afirmativas. A omissão desses fatores representa obstáculos para a igualdade e justiça na educação.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

São propostas genéricas que não apresentam prazos e recursos para sua realização; não dialogam com o PNE, a BNCC ou buscam apresentar soluções para os limites impostos pela EC 95. Em resumo, o programa O Brasil Mais Justo não se compromete, busca controlar o conteúdo a ser ensinado e treinar professores.

COMENTADORA:
Suelaine Carneiro,
coordenadora da
área de educação
do Geledés –
Instituto da Mulher
Negra. É mestre
em educação
e foi assessora
da Relatoria
Nacional pelo
Direito Humano
à Educação,
da Plataforma
Dhesca. Tem
experiência em
relações raciais
e de gênero,
direitos humanos,
desigualdades e
educação popular.





JAIR BOLSONARO

PSL

PROPOSTAS

- Replicar a estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coréia do Sul

- Expurgar a ideologia de Paulo Freire

- Ampliar a oferta de Matemática, Ciências e Português sem doutrinação e sexualização precoce

- Impedir a aprovação automática

- Combater a forte doutrinação

- Valorizar a Educação à Distância como alternativa para as áreas rurais

- Estimular o empreendedorismo, incentivando parcerias entre pesquisadores de cientistas das universidades com empresas privadas

- Alcançar metas educacionais sem prever a utilização de novos recursos

JAIR BOLSONARO PSL



PONTOS FORTES

Defesa da integração e articulação entre os diferentes níveis de governo na construção de estratégias de efetivação do direito à educação em todo o território nacional.



PONTOS CRÍTICOS

Há sérias ameaças ao direito à educação no Brasil. Duas se destacam: a manutenção do subfinanciamento crônico da educação pública e o ataque à escola enquanto lugar de construção do pensamento plural, crítico e autônomo, com o apoio do candidato ao movimento “Escola Sem Partido”.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Não discute a desigualdade do sistema educacional brasileiro e sua relação com as atuais políticas educacionais, baseadas no discurso da contenção de gastos e ênfase à gestão eficiente, defendidas pelo candidato e que já vem sendo postas em prática há algumas décadas no país com resultados que afetam o direito à educação



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

As propostas dão continuidade ao atual modelo de política educacional, focada na produção de índices, que tem contribuído para ampliar as desigualdades do sistema. Para superá-las, é fundamental construir amplo debate sobre financiamento da educação pública, já iniciado com a campanha de implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), ausente na proposta do candidato.

COMENTADOR:

Eduardo Donizeti Giroto, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Foi professor da Educação Básica e atualmente é professor do Departamento de Geografia da USP, na área de Estágio Supervisionado e Ensino de Geografia.





JOÃO AMOEDO

NOVO

PROPOSTAS

- Subir 50 posições no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)

- Universalizar o acesso das crianças às creches

- Priorizar a Educação Básica na alocação de recursos federais

- Ter gestão profissional na direção de todas as escolas do país

- Promover programa de bolsas em escolas particulares para estudantes do ensino público

- Criar consórcios intermunicipais para a boa gestão da educação nas cidades menores

- Valorizar, na distribuição de recursos do FUNDEB, as escolas que melhorarem o aprendizado dos alunos

- Ter Base Curricular de formação de professores direcionada à metodologia e à prática de ensino, não a fundamentos teóricos

- Ampliar o Ensino Médio Técnico para atrair e melhor formar os jovens para o mercado de trabalho

JOÃO AMOÊDO **NOVO**



PONTOS FORTES

Reconhece a importância de ampliar a oferta da Educação Infantil em creches que hoje atendem apenas 30% das crianças de 0 a 3 anos. Porém a expansão deve garantir educação pública, gratuita, laica e de qualidade.



PONTOS CRÍTICOS

Apresenta uma visão meritocrática da educação, distribuindo recursos com base em avaliações externas de desempenho de estudantes, o que acirra desigualdades. Não considera como qualidade na educação a infraestrutura das escolas, a valorização das professoras, a gestão democrática, o acesso e a permanência de estudantes e as relações raciais e de gênero na educação.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Não cita o PNE, nem se compromete com a revogação do Teto de Gastos. Não se posiciona sobre a Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Superior, a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e a atuação de grupos ultraconservadores, como o Escola Sem Partido. Não esclarece o que entende por “gestão profissional” na direção das escolas.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

Cita o uso do FUNDEB, mas não apresenta uma proposta para a continuidade do Fundo que vem sendo discutido no Congresso Nacional. Propõe elevação de posições no ranking do PISA que não condiz com a taxa de crescimento do país no índice nos últimos anos.

COMENTADORA:
Claudia Bandeira,
pedagoga, mestre
em Educação
pela PUC São
Paulo e assessora
da Iniciativa
De Olho nos
Planos. Compõe
o Comitê Diretivo
da Campanha
Nacional pelo
Direito à Educação
e atua com os
seguintes temas:
políticas públicas
educacionais,
educação
popular, direito
à educação de
pessoas privadas
de liberdade,
desigualdades e
diversidades na
educação.





JOSÉ MARIA EYMAEL

PSDC

PROPOSTAS

- Assegurar que o ensino fundamental tenha as funções de capacitar os alunos para Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Ser e Aprender a Conviver, como definido nos Pilares da ONU para a Educação
- Promover uma educação qualificada abrangendo todas as crianças e jovens portadores de necessidades especiais: mentais, motoras, auditivas e visuais
- Propiciar o acesso em todo país ao uso de equipamentos de informática, internet e banda larga
- Ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes
- Promover o ensino integral no Ensino Fundamental
- Ampliar as vagas nos cursos superiores das Unidades Federais, sobretudo em período noturno
- Introduzir, no ensino fundamental, a disciplina Educação Moral e Cívica
- Valorizar as carreiras em educação no Serviço Público Federal, atraindo talentos para o setor
- Dar pleno incentivo à municipalização do Ensino Fundamental

JOSÉ MARIA EYMAEL **PSDC**



PONTOS FORTES

Estabelece a educação como uma prioridade e baseia-se nos Pilares das Nações Unidas para a Educação. Pretende promover o ensino integral, cita o Ensino Inclusivo, fala em ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, além de vagas no Ensino Superior, e implantar o Plano Nacional de Apoio à Pesquisa.



PONTOS CRÍTICOS

Fere a laicidade e as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao pautar a cultura como ferramenta de escolarização no contexto democrata-cristão, silenciando as contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas na construção do país. Mostra-se não só desatualizado como reacionário ao propor a disciplina “educação moral e cívica”.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Além de não articular as propostas ao PNE, a escolha do pastor Helvio Costa como vice, indica a anulação do debate sobre ações afirmativas e diversidade nas escolas. É preciso haver intencionalidade na elaboração de estratégias para aumentar a oferta de creches, investir qualitativamente no EM e na EJA.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

A proposta de transformar o Estado de “senhor” em “servidor” fica inviabilizada pela Emenda Constitucional 95, pois faltam recursos para investimento e manutenção da educação. Se faz desafio para a garantia da qualidade educacional na atual conjuntura a revogação dessa Emenda a fim de se cumpra o Plano Nacional de Educação.

COMENTADORA:
Barbara Barboza,
assessora da
Ação Educativa
na agenda das
relações étnico
raciais e educação
antirracista.
Educadora popular,
cientista política
e pesquisadora
na área de
Direitos Humanos
nas temáticas
interseccionais
de gênero,
raça, classe e
abolicionismo
penal. Atua em
organizações da
sociedade civil
com produção de
conhecimento e
advocacy.





FERNANDO HADDAD

PT

PROPOSTAS

- Institucionalizar o Sistema Nacional de Educação, responsável pela regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados e sistemas de ensino para a efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE)
- Revogar a Reforma do Ensino Médio e promover novo marco legal em diálogo com a comunidade educacional
- Cumprir a Meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata de financiamento, revogando a Emenda Constitucional 95 (EC95), investindo progressivamente 10% do PIB em educação e implementando o Custo-Aluno-Qualidade (QAQ)
- Institucionalizar um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de caráter permanente com aumento de complementação da União
- Retomar os recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal
- Criar convênio entre Estados e o Distrito Federal para que o governo federal se responsabilize por escolas de Ensino Médio com altos índices de violência e baixo rendimento no IDEB
- Instituir o programa Escola com Ciência e Cultura como contraponto ao Escola Sem Partido, transformando as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão e investigação científica

- Retomar a centralidade da Educação de Jovens e Adultos, promovendo ações de redução do analfabetismo, ampliando vagas e retomando políticas de assistência que permitam a conclusão dos estudos

- Criar nacionalmente o programa Transcidadania, garantindo bolsas para pessoas travestis e transexuais concluírem a Educação Básica articulada com a Educação Profissional

- Massificar as políticas de educação e cultura em direitos humanos a partir de uma perspectiva não sexista, não racista e não LGBTIfóbica

- Retomar os investimentos na Educação do Campo, Indígena e Quilombola, com formação de professoras(es), construção e reforma de escolas, transporte e alimentação escolar

- Implementar a Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente, que subsidiará a contratação de docentes para a Educação Básica

- Direcionar 70% dos recursos destinados à gratuidade, oriundos das contribuições sociais arrecadadas pela União para a manutenção do SESI, SENAI, SESC, SENAC e SENAR, à ampliação da oferta de Ensino Médio de qualidade

- Fortalecer o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), oferecendo experiência docente nas escolas públicas aos estudantes universitários de pedagogia e licenciatura, com ênfase no reforço ao processo de alfabetização das crianças

- Garantir o Piso Salarial Nacional

- Reforçar e renovar a Universidade Aberta do Brasil (UAB)

- Retomar o projeto Universidade em Rede dos Professores, assegurando o acesso direto dos professores e professoras concursadas nas vagas disponíveis e ociosas na rede de Universidades e Institutos Federais de Educação Superior

- Desenvolver políticas de formação de professores para educação no campo, indígena e quilombola

FERNANDO HADDAD PT



PONTOS FORTES

O Programa expressa uma noção de educação como direito humano, em contraponto à ideia de educação como serviço a ser comercializado no mercado. Toca em questões estruturais importantes, como investir 10% do PIB em educação, implantar o Custo Aluno Qualidade e institucionalizar o FUNDEB.



PONTOS CRÍTICOS

Diz que o Ensino Médio está em crise e precisa ser reformulado, indicando a ampliação do tempo integral e a implantação de uma Reforma Curricular a partir da BNCC. Ao mesmo tempo, afirma que fará ajustes da BNCC e revogará a Reforma do EM. São intenções contraditórias, que anunciam o risco concreto de realizar uma "Reforma da Reforma".



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

Não apresenta uma concepção teórico-metodológica de educação. Talvez por isso anuncie políticas de educação contraditórias. É omissos quanto ao EM integrado, modelo bem-sucedido praticado na Rede Federal. No lugar, menciona o Pronatec como modelo de formação e planeja aproximar o sistema S da formação da Juventude.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

Embora anuncie maiores investimentos, a crise econômica diminui a arrecadação de impostos e contribuições, que são a base do financiamento. É bom lembrar que em 2007 o governo do PT criou o Plano de Desenvolvimento da Educação, que, a partir de uma agenda empresarial, tornou secundário o PNE como orientador das políticas educacionais.

COMENTADORA:
Ana Paula Corti,
docente do
Instituto Federal de
Educação, Ciência
e Tecnologia de
São Paulo (IFSP),
lecionando no
Ensino Médio
e no Ensino
Superior. Doutora
em Educação,
tem experiência
nas temáticas
relacionadas à
Ensino Médio,
políticas
educacionais e
juventude.



Analisamos o programa de governo proposto por Lula, inicialmente candidato a presidência pelo PT. Com o impedimento à candidatura de Lula e confirmação de Fernando Haddad, alteramos nossa análise e aguardamos divulgação do seu programa de governo.



MARINA SILVA

REDE

PROPOSTAS

- Instituir Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (lei 13.257/16)
- Apoiar técnica e financeiramente estados e municípios na implementação da BNCC de Educação Infantil e Ensino Fundamental
- Implementar o Plano Nacional de Educação (PNE)
- Regulamentar Sistema Nacional de Educação (SNE)
- Enfrentar o analfabetismo de jovens e adultos
- Enfrentar evasão do Pronatec
- Criar políticas de prevenção e combate a todas as formas de bullying, violência e discriminação

MARINA SILVA *REDE SUSTENTABILIDADE*



PONTOS FORTES

Na proposta apresentada em seu programa, ressalto a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) e a regulação do Sistema Nacional de Educação, duas demandas importantes da sociedade. Os demais itens ajudam na garantia do direito à educação, apesar de terem pesos diferentes.



PONTOS CRÍTICOS

No meu ponto de vista não há nenhuma ameaça para a garantia do direito à educação. Há ausências.



AUSÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

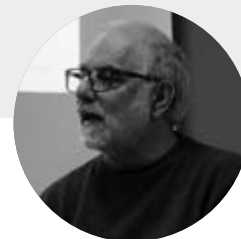
Não há nenhum item que relacione as políticas propostas e o seu financiamento. Não há nada sobre diretrizes de carreira do professor e a sua valorização. Nada sobre o ensino superior e o ensino médio. Há ausência sobre os mecanismos de participação popular e diálogo com movimentos estudantis e trabalhadores da educação.



VIABILIDADE DA EXECUÇÃO

No programa não há indicação de como as propostas serão financiadas frente às limitações impostas pela Emenda Constitucional 95. Também não toca nos mecanismos para a sua implementação.

COMENTADOR:
Sérgio Haddad,
professor do
programa de
pós-graduação
em Educação da
Universidade de
Caxias do Sul e
sócio-fundador da
Ação Educativa.
Doutor em História
e Sociologia da
Educação pela
USP, é professor
visitante no
Centro de Estudos
Brasileiros na
Universidade
de Oxford. Tem
experiência em
temáticas como
educação de
jovens e adultos,
educação popular
e terceiro setor.



Corrida Presidencial: Plano Nacional de Educação tem presença tímida em debate eleitoral

EM SEUS PROGRAMAS DE GOVERNO, A MAIOR PARTE DOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA IGNORA LEI DE 2014 QUE DEFINE METAS DECENAIS PARA O PAÍS DAR UM SALTO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Denise Carreira e Claudia Bandeira

Considerado o principal instrumento da política educacional, o Plano Nacional de Educação (lei 13.005/2014) está pouco presente no debate eleitoral à Presidência. Excetuando-se as candidaturas de Lula(PT), Marina (Rede), Ciro(PDT) e Boulos(PSOL), o PNE não é citado na maior parte dos programas de governo, que optam por fazer proposições genéricas de como melhorar a educação no país. É importante observar, que mesmo quando citado, o PNE aparece de forma tímida em parte das propostas, revelando a pouca centralidade dada a essa grande conquista da sociedade brasileira.

Fruto de amplo debate nas Conferências Nacionais de Educação e de acirrada disputa na tramitação no Congresso Nacional, o PNE define metas para o conjunto do atendimento educacional a serem cumpridas nos próximos anos. É, portanto, um Plano de Estado que visa romper com a recorrente

descontinuidade das políticas, orientando o investimento e a gestão e referenciando o controle social e a participação popular.

Cumprir o PNE significa avançar no acesso a vagas, superar o analfabetismo, melhorar a qualidade, valorizar os profissionais da educação e enfrentar as profundas desigualdades do nosso país. A experiência internacional revela que somente é possível dar um salto na educação com um Plano de Estado e grande investimento financeiro.

O esvaziamento do PNE teve início no segundo governo Dilma, com a adoção de ajuste fiscal que cortou recursos de políticas sociais. Tal esvaziamento ganhou gigantesca intensidade com o golpe parlamentar que afastou a Presidenta eleita e intensificou a política econômica de austeridade aprovando a Emenda Constitucional 95, que constitucionalizou os cortes por vinte anos e tornou inviável a implementação do PNE.

É importante destacar que também vem contribuindo para esse quadro de fragilização do PNE a atuação de grupos ultraconservadores que atacam escolas e gestões educacionais por abordarem o racismo, o machismo, a LGBTfobia e outras discriminações no ambiente escolar. Grupos que defendem de forma hipócrita uma escola pública para uma sociedade profundamente hierarquizada e perversa, que nega o reconhecimento da diversidade presente no país. Destaca-se ainda a atuação de grupos econômicos que atacam o PNE e o Estado brasileiro, com o objetivo de privatizar os serviços públicos, “vender” soluções milagrosas para a gestão educacional e

transformar a educação pública em mercadoria.

Quatro anos após a aprovação do PNE, os balanços divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação revelam que o PNE não está sendo cumprido pelo governo e que a sociedade brasileira não tem o que comemorar. Somente um dispositivo foi cumprido integralmente, que prevê a publicação de estudos pelo INEP para aferir a evolução das metas.

Diante desse quadro, é fundamental exigir que o PNE volte para o centro da agenda. Não há outro caminho para a conquista de uma educação pública de qualidade. Precisamos de uma política pública de médio e longo prazo, sistêmica, estrutural e com financiamento adequado.

Faz-se urgente somar forças com outros campos e cobrar das candidaturas – tanto para o Executivo como para o Legislativo – um posicionamento explícito pela revogação da EC95, como proposto pela Coalizão Antiausteridade e pela Revogação da EC 95, responsável pela Campanha Direitos Valem

Mais (www.direitosvalem.org.br). Até o momento, as candidaturas de Lula (PT), Ciro (PDT), Boulos (PSOL) e Vera Lúcia (PSTU) se manifestaram favoráveis à revogação.

Criticada nacional e internacionalmente – inclusive por posicionamento de relatores da ONU – a EC 95 tem levado o país a gigantescos retrocessos, entre eles a volta ao mapa internacional da fome, o aumento da mortalidade infantil, o crescimento de epidemias e de outras desgraças que tanto sofrimento e desespero têm gerado na vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos do país.

Enquanto os defensores da EC 95 afirmam que a população brasileira tem que fazer o sacrifício pelo país, que o Estado tem que ser “mínimo” e que o investimento social é algo “atrasado”, os bancos e setores que promovem especulação financeira têm lucros recordes, aprofundando ainda mais as desigualdades em um Brasil extremamente desigual. Temos que dar um basta, pressionar pela mudança da política econômica e exigir que o PNE volte para o centro da agenda de prioridades da educação.



Denise Carreira, mestre e doutora em educação pela USP e coordenadora da Iniciativa De Olho nos Planos pela organização Ação Educativa. Feminista, foi coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Relatora de Educação da Plataforma DHESCA Brasil. Atualmente, integra a coordenação da Campanha Direitos Valem Mais e, a convite da Prêmio Nobel Malala Yousafzai, integra a Rede Internacional Gulmakai de defensoras do direito humano à educação de meninas e mulheres.



Claudia Bandeira, pedagoga, mestre em Educação pela PUC São Paulo e assessora da Iniciativa De Olho nos Planos pela organização Ação Educativa. Compõe o Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e atua na área da educação principalmente com políticas públicas educacionais, educação popular, direito à educação de pessoas privadas de liberdade, desigualdades e diversidades na educação.

Entre a propaganda e a realidade da Reforma do Ensino Médio

A PRESSA DA REFORMA É TAMBÉM A IMPOSIÇÃO DE UM MODELO QUE TEM COMO PILAR O BARATEAMENTO E A PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO PAÍS

Roberto Catelli Jr.

Concebida e aprovada de forma apressada, a reforma do Ensino Médio transformada na Lei 13.415 de fevereiro de 2017 já nasceu doente. Não foi realizado um diagnóstico das reais deficiências desse nível de ensino nem foram consultados os professores, estudantes e famílias sobre as possíveis perspectivas para o processo de ensino-aprendizagens dos jovens que com grande frequência ingressam mas não concluem o ensino médio. Em 2015, 40% dos jovens de 17 anos estavam fora da escola, o que ocorria com 34% dos jovens da mesma idade em 2000 conforme a PNAD.

A pressa da reforma não é somente a expressão da falta de fundamentos da Lei que se criou, mas também a imposição de um modelo que tem como pilar o barateamento e a privatização da oferta do Ensino Médio no país.

Por trás do discurso difundido em campanhas de rádio e televisão de que o novo Ensino Médio permitiria ao jovem fazer escolhas dentre uma ampla

oferta de disciplinas e áreas de conhecimento nas escolas, esconde-se o fato de que as redes e escolas podem simplesmente fazer o inverso, ou seja, oferecer as disciplinas obrigatórias e somente ofertar a mais aquilo que for possível conforme as suas possibilidades. Para que não fique dúvida, o artigo 36 da Lei informa que “deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. Considerando os escassos recursos da educação dos estados e a cada vez maior redução de investimentos do governo federal com a educação, não é difícil imaginar que as secretarias de educação, ao invés de oferecer mais para os alunos devam tender a oferecer menos, ou seja, limitar a oferta ao que é obrigatório para a BNCC (600 horas) e a menor diversidade possível para a parte diversificada do currículo.

Mas a apressada reforma não para aí, pois a Lei aprovada em 2017 abre duas outras brechas para as secretarias de estado responsáveis pela educação de nível médio: realizar curso integralmente à distância para formação técnica com instituições privadas conveniadas e permitir ainda que a iniciativa privada seja executora da parte diversificada do currículo. Considerando as dificuldades para avançar no IDEB em praticamente todo o País e a insatisfação da própria sociedade com as escolas e o nível de ensino, coloca-se a possibilidade dos estados se desresponsabilizarem de parte do currículo, reduzindo o ônus político dos maus resultados ao transferirem a oferta para o ensino privado,

que pode oferecer cursos de educação profissional, uma das áreas contempladas pela reforma. Além disso, a possibilidade de ser realizado à distância cria mais uma alternativa de baixo custo para fazer cumprir a obrigação constitucional de suprir as vagas de Ensino Médio para todos os jovens.

Neste contexto, evidencia-se que a pressa de realizar a reforma sem consultar a sociedade, revela a sua intenção real, que vai no caminho inverso do que as propagandas indicam: permitir novos formatos a mais baixo custo reduzindo a responsabilidade dos governos estaduais sobre o Ensino Médio.

Destaca-se ainda que esta possível precarização do ensino de nível médio certamente não se aplicará a todos os estudantes, mas àquela parcela que frequenta as escolas públicas, especialmente nas regiões e estados mais pobres do País, cujos recursos são ainda mais escassos. Os jovens de classe média das escolas privadas continuarão a estudar em escolas com foco no vestibular, enquanto jovens das escolas públicas terão ainda

mais dificuldade de acessar à universidade com seus currículos empobrecidos, sendo-lhes oferecida a formação técnica como alternativa.

Entretanto, as críticas aqui formuladas às reformas não pretendem indicar que devemos manter o Ensino Médio tal qual está, pois existem problemas com relação à qualidade e uma constatada insatisfação dos jovens com este modelo já verificada por vários estudos e manifestada pelos próprios jovens que se mobilizaram por mudanças na etapa entre 2015 e 2016. O fato, é que um novo governo precisa ouvir estes jovens e ser capaz de atender aos seus projetos de vida, além de criar meios efetivos para que os novos currículos atendam às expectativas e demandas dos tempos em que estes vivem. Precisa também ampliar os recursos para o Ensino Médio, investindo na formação de professores e na criação de uma real diversificação da oferta garantindo o ensino presencial e a responsabilidade do Estado pela oferta deste do ensino médio para todos os jovens e estudantes.



Roberto Catelli Jr. é doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador executivo da Ação Educativa. Tem experiência principalmente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, políticas públicas de educação, avaliação educacional e ensino de História.

Base Nacional Comum e a defesa da centralização curricular nas candidaturas ao Planalto

EM PRATICAMENTE
TODAS AS PROPOSTAS,
A CRENÇA NA REDENÇÃO
DAS MAZELAS
EDUCACIONAIS
PELO CURRÍCULO

Fernando Cássio

Enquanto o Plano Nacional de Educação (PNE) é sistematicamente descumprido e a Reforma do Ensino Médio enfrenta resistências nas ruas, uma política educacional vai de vento em popa no Brasil: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A primeira versão da BNCC surgiu no governo Dilma. Sua estrutura básica tem muitas semelhanças com o documento para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental aprovado dois anos depois no governo Temer. Os defensores da BNCC de antes e de agora têm em comum a crença de que um currículo centralizado pode mitigar desigualdades educacionais, garantindo os chamados “direitos de aprendizagem”.

No entanto, educação não é aprendizagem. O “direito à educação”, que deve ser garantido pelo Estado, é portanto muito diferente de um juridicamente maldefinido “direito de aprendizagem”. Quando a linguagem da educação é substituída pela da aprendizagem, aquilo que é projeto coletivo (a edu-

cação) vira um projeto eminentemente individual (a aprendizagem). A BNCC e o seu linguajar “aprendificado” – termo de Gert Biesta, filósofo da educação – dão forma a um projeto de educação ultraliberal em que a própria educação, como projeto coletivo que é, se vê ameaçada.

A maior parte das críticas à BNCC presentes no debate público passa longe do cerne do problema: a própria ideia de centralização e homogeneização curricular. Não é diferente nos programas de governo das candidaturas à Presidência da República.

O programa de Ciro Gomes (PDT) defende a rediscussão da BNCC para o Ensino Médio com a sociedade, mas a assume como um instrumento necessário para viabilizar a melhoria “da qualidade [da educação], mensurada através dos resultados do Ideb e PISA”. O programa de Marina Silva (Rede) é mais centrado no apoio técnico e financeiro a estados e municípios para a “missão” de implementar a BNCC, mas também toma a Base como ponto de partida.

O plano de Fernando Haddad (PT) propõe “fortes ajustes” na BNCC, “para retirar as imposições obscurantistas e alinhá-la às Diretrizes Nacionais Curriculares e ao PNE”. Para a candidatura, o problema da BNCC é o que foi feito dela após o golpe de 2016. Apesar de a farsa participativa no processo de construção da BNCC ser anterior ao golpe, o programa propõe uma reformulação curricular “construída em diálogo com a sociedade”, pressupondo que a BNCC é necessária.

O programa de Guilherme Boulos (PSOL) é o único a se declarar contrário à padronização cur-

ricular, “modelo que se presta aos interesses dos mercados editoriais, consolida e legitima as grandes avaliações e pouco considera as necessidades e diferenças da educação brasileira”, propondo a revogação da BNCC e a reabertura do debate público.

A candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) evoca a BNCC de um modo estranho, atrelando-a a mecanismos de aprovação automática e à “disciplina” nas escolas. No mais, não se pode dizer que esse programa não trate de questões curriculares caras à candidatura: doutrinação ideológica, sexualização precoce, PISA, “mais matemática, ciências e português” – um misto de charlatanismo pedagógico, reacionarismo e apologia à discriminação nas escolas.

Ainda nos temas curriculares, embora sem mencionar a BNCC, Eymael (DC) propõe a (re)introdução da disciplina Educação Moral e Cívica no Ensino Fundamental. No polo oposto, o programa de Vera Lúcia (PSTU) defende uma educação “que

ensine o respeito e a diversidade”, rechaçando o projeto “Escola Sem Partido”.

Os demais programas não mencionam a BNCC e também não tratam de questões que poderíamos chamar “curriculares”. As propostas para a educação nos programas de Alckmin (PSDB), Amoêdo (Novo) e Meirelles (MDB) priorizam a primeira infância, de certa forma corroborando a adesão ideológica dessas candidaturas à BNCC, pois não há dúvida de que, como política educacional, a BNCC é uma política muito mais barata do que, digamos, tudo aquilo que está no PNE.

O que preocupa, em praticamente todas as candidaturas, é a existência de um consenso sobre a necessidade de uma BNCC e a crença na redenção das mazelas educacionais pelo currículo. Política curricular – algo que temos de sobra no Brasil – não é currículo. A julgar pelo que trazem os programas das candidaturas ao Planalto, esse debate ainda vai longe.



Fernando Cássio, educador, doutor em Ciências (Química) pela USP e professor da Universidade Federal do ABC. É membro do DiEPEE, grupo de pesquisa “Direito à Educação, Políticas Educacionais e Escola”. Faz parte da Rede Escola Pública e Universidade e do Comitê SP da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Como pesquisador, tem se dedicado ao estudo de políticas de currículo, desigualdades educacionais e direito à educação.

No centro da fogueira: gênero, raça e diversidade sexual nas eleições

A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA E O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO MARCAM A POLARIZAÇÃO DA DISPUTA ELEITORAL

Denise Carreira e Ednéia Gonçalves

Da apologia ao estupro à desqualificação de famílias chefiadas por mulheres (mães e avós); dos ataques à lei Maria da Penha, passando por discursos explicitamente racistas e homofóbicos que renderam denúncias no Supremo Tribunal Federal (STF), das quais surpreendentemente foi absolvido em 11 de setembro, a candidatura do líder das pesquisas na corrida eleitoral 2018 para presidente da República, o ex-deputado Jair Bolsonaro (PSL), representa o que há de mais autoritário e excludente da realidade brasileira.

Representa grupos ultraconservadores – como o movimento Escola Sem Partido articulado com grupos religiosos fundamentalistas – que têm priorizado a educação como grande arena de disputa, muitas vezes em aliança política com grupos ultraliberais que atacam as políticas públicas e defendem a educação como mercadoria e não como direito humano.

Com base em um discurso hipócrita em defesa dos costumes, da família tradicional e de uma ordem hierár-

quica, discriminadora e violenta, esses grupos têm como uma de suas principais agendas o ataque aos marcos normativos e às políticas educacionais comprometidas com a promoção da igualdade de gênero e raça, com o reconhecimento da diversidade sexual e com a defesa da laicidade na escola pública.

Enquanto Bolsonaro representa explicitamente o polo contrário a essas agendas, defendendo inclusive “expurgar a ideologia de Paulo Freire, sem doutrinação e sexualização precoce”, assim como o candidato Eymael (PSDC) que defende ressuscitar a disciplina Educação Moral e Cívica, um absurdo dos tempos da ditadura militar, outros candidatos se omitem com relação a gênero, raça e diversidade sexual de olho no eleitorado conservador. É o caso de Henrique Meirelles (MDB), de Álvaro Dias (Podemos) e de João Amoedo (Novo), com candidaturas caracterizadas pela defesa de uma maior atuação de grupos privados na educação. Vale destacar que, em seu programa de governo, Meirelles reforça o movimento Escola sem Partido, quando adota a defesa de uma escola contrária à “ideologização do ensino”, compreendida por esse movimento como uma educação crítica às desigualdades brasileiras.

As candidaturas que abordam gênero, raça e sexualidade combinam com maior ou menor intensidade, com maior ou menor timidez, duas perspectivas: a dimensão do enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências sofridas por mulheres, negras/os, população LGBT entre outros sujeitos diversos e a dimensão mais desafiante da promoção e afirmação de direitos dessas populações por meio de políticas e programas de educação e da rediscussão das bases que estruturam

a educação escolar. São candidaturas que defendem a implementação do Plano Nacional de Educação.

Mais explicitamente restrita à primeira dimensão, está a candidatura de Marina Silva (Rede Sustentabilidade). Marina defende genericamente o combate ao bullying, a violência e a discriminação sem nomear as causas sociais desses fenômenos na sociedade brasileira. Ciro Gomes (PDT) propõe eliminar o uso de material de ensino estereotipado que reforça “o papel tradicional da mulher” (sem falar em outros estereótipos); incluir o combate a toda forma de preconceito, seja ele por raça, etnia, sexo, orientação sexual e ou identidade de gênero, no Plano Nacional de Educação; e defender da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) alterada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Essas leis tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas em toda a educação básica e enfrentam diversas resistências por parte dos sistemas de ensino.

O programa da candidatura de Fernando Haddad (PT) propõe massificar as políticas de educação e cultura em direitos humanos a partir de uma perspectiva não sexista, não racista e não LGBTfóbica. Assume um caráter menos genérico ao propor a expansão do programa Transcidadania para todo o território nacional, programa inovador implementado na gestão de Haddad na pre-

feitura de São Paulo (2013-2016), destinado a garantir educação e outros direitos à população trans, em um país recordista mundial em assassinatos de travestis e transgêneros.

Com baixa viabilidade política segundo as pesquisas eleitorais, a candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) é mais explícita em seu programa em relação às ações de enfrentamento a discriminações e de promoção do direito à igualdade de gênero, raça e sexualidade na educação. Entre os destaques, constam: a defesa das cotas raciais e da permanência de estudantes cotistas nas universidades; a implementação da LDB alterada pela lei 10.639/2003 e 11.645/2008; o desenvolvimento de política nacional de prevenção à discriminação e ao preconceito e a produção de material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para a formação de educadores, educadoras e estudantes.

Por fim, é importante registrar o silenciamento de todas as candidaturas em relação à defesa da laicidade na educação pública, cada vez mais atacada por grupos ultraconservadores, que promovem o proselitismo, a intolerância religiosa, a “demonização” das religiões de matriz africana e questionam os direitos das mulheres, da população LGBT e das mulheres e homens negros. Silenciamento que diz muito sobre o momento dramático da democracia brasileira.



Denise Carreira, mestre e doutora em educação pela USP e coordenadora da Iniciativa De Olho nos Planos pela organização Ação Educativa. Feminista, foi coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Relatora de Educação da Plataforma DHESCA Brasil. Atualmente, integra a coordenação da Campanha Direitos Valem Mais e, a convite da Prêmio Nobel Malala Yousafzai, integra a Rede Internacional Gulmakai de defensoras do direito humano à educação de meninas e mulheres.



Ednéia Gonçalves, educadora e Socióloga, pós-graduada em Educação pela Pontifícia Universidade Católica. Pesquisadora na área de educação de jovens e adultos, tem experiência em avaliação de projetos socioeducacionais, formação de professores, educação antirracista e gênero.

Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?

DERRUBANDO MITOS E TRAZENDO AGENDAS PARA O FINANCIAMENTO ADEQUADO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO PAÍS

Andressa Pellanda

O Brasil demorou centenas de anos para formular uma legislação que não somente permitisse como também tornasse obrigatória a Educação Básica todas/os residentes em território nacional - o que inclui imigrantes. A Constituição Federal de 1988 foi emendada, em 2009, tornando o ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos.

Até hoje, a universalização da Educação Básica ainda é um desafio. Além das 2,5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola (Pnad/IBGE), ainda há taxas preocupantes de distorção idade-série - também muito ligadas a casos de exclusão escolar no histórico das crianças e adolescentes nesse grupo -, e de adultos que não puderam cursar as etapas da educação na "idade certa" e, muitas vezes, não têm acesso a vagas na Educação de Jovens e Adultos. Três em cada dez habitantes - 38 milhões de pessoas - entre 15 e 64 anos ainda são analfabetas/os funcionais no Brasil, de acordo com dados do Inaf 2018.

Esse cenário não é o único preocupante. As crianças e adolescentes que estão inseridas na es-

cola muitas vezes não têm acesso a uma educação de qualidade. Docentes são mal remunerados - quase metade das redes de ensino não cumpre o Piso do Magistério -, muitas escolas não dispõem de profissionais bem formados e valorizados adequadamente, não há material suficiente e há casos em que nem a estrutura do prédio escolar é garantida. Há escolas indígenas, por exemplo, que só existem porque seus professores cedem espaço da própria casa para tal.

Diante desses diagnósticos, que se repetem a cada Censo Escolar, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação se fez uma pergunta: como incluir todas as crianças e adolescentes do país em escolas de qualidade? Após muitos estudos, consultas públicas, debates com comunidades acadêmicas e escolares, conselheiras/os, gestoras/os e movimentos sociais, chegamos a uma proposta: Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

O CAQi/CAQ calcula quanto custa por ano, por etapa e modalidade da educação básica, para se garantir um insumo de qualidade em toda escola do país. Esses insumos vão desde a infraestrutura dos prédios, todos inclusivos, passando pelos materiais permanentes, até a garantia de condições de trabalho, formação e valorização das/os profissionais da educação. O CAQi é o padrão mínimo e o CAQ, o que se aproxima mais dos países mais desenvolvidos em termos educacionais.

Após muita incidência política, conseguimos que o CAQi/CAQ fosse nossa referência em lei de definição

dos insumos de qualidade e para calcular quanto precisamos investir. O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê o aumento progressivo do investimento para a área até 2024 até atingir o patamar de 10% do PIB, usando como base de cálculo justamente o CAQi/CAQ. Essa previsão garante a criação de vagas para todas as crianças e adolescentes em exclusão escolar e que todas as escolas do país possam ser adequadas a esse padrão de qualidade.

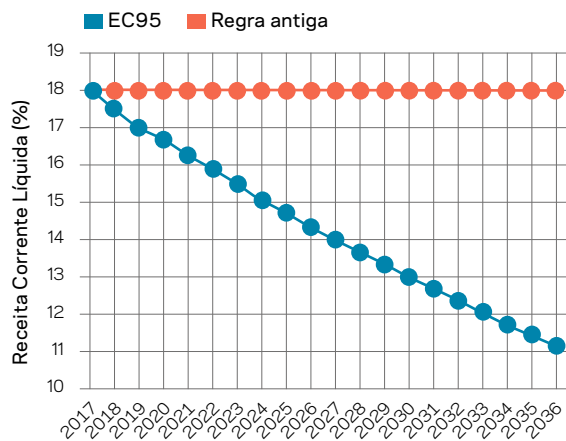
Quando comparamos o CAQi/CAQ com os valores pagos em média nas escolas particulares do país, o resultado é que o CAQi/CAQ custa cerca de duas a três vezes menos. Ou seja, gastamos menos pela mesma ou até por melhor qualidade. Esse é o primeiro mito a ser derrubado: privatizar não é mais eficiente.

Ainda, hoje investimos de 3 a 5 vezes menos do que o previsto pelo CAQi. Para implementá-lo, precisamos investir mais cerca de R\$ 55 bilhões a mais por ano. Diante do orçamento público de 2018, de R\$ 3,57 trilhões, a questão definitivamente não é de falta de recursos. Esse é o segundo mito a ser derrubado: há recurso público para ser investido em educação pública, o que não há é prioridade política e alocativa.

Mas, então, por que ele ainda não foi implementado? Além da crise e dos processos de escanteio do PNE, que chega a seu quarto ano com nenhuma de suas metas e estratégias previstas até 2018 cumprida integralmente, foi aprovada, em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos nas áreas sociais até 2036.

Além de prever a diminuição de recursos totais para a área (conforme o gráfico abaixo), a EC 95 inviabiliza a execução do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e, muito provavelmente, também do seu sucessor, que deve ter vigência entre 2024 e 2034. É um decreto não somente de estagnação, mas de deterioração profunda de nossa educação pública.

EM % DA RECEITA LÍQUIDA



Fonte: Adaptação livre de Rossi e Dweck (2016).

*A simulação parte da hipótese de que o PIB cresce 2% ao ano no período e que a receita líquida acompanha o crescimento do PIB.

Não bastasse isso, a EC 95 tem pressionado para que outras políticas permanentes e fora do Teto de Gastos se adequem aos cortes. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 previa um aumento de R\$ 1,5 bilhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Apesar de aquém do necessário, seria um avanço em meio à aridez dos retrocessos. Essa rubrica, no entanto, foi a única vetada por Temer em todo o orçamento.

O Fundeb vigente vence em 2020. A partir de 2021, deverá vigorar um Fundo permanente para a educação básica, proposto nas Emendas à Constituição (PEC) 15/2015, da Câmara dos Deputados, e 24/2017, do Senado Federal, ambas as propostas tramitam hoje com a inclusão do CAQi/CAQ em seus textos. Nossa principal luta, agora, é que a complementação da União ao Fundo possa ser aprovada em um patamar mínimo de 50%, necessário para a implementação do CAQi/CAQ.

Cada passo dado em políticas educacionais pode representar um imenso avanço ou um retrocesso profundo. Nossos governantes precisam

entender que com o orçamento dedicado às áreas sociais - especialmente à educação, primeiro direito social listado pela Constituição Federal - não se brinca. É inaceitável que ele seja deixado à mercê de interesses escusos. Cada corte impacta milhões de pessoas, que dependem do bom funcionamento dos serviços públicos para sua formação cidadã, para sua formação para o trabalho, para suas vidas.

Nessa eleição, precisamos votar em candidatas/os que compreendam a importância basilar do financiamento e do Plano Nacional de Educação para que possamos avançar para a educação de qualidade para todas e todos. Sem educação, não se sustenta uma nação. E o financiamento da educação é o principal indicador para sabermos se as candidaturas de fato levam essa sentença como máxima, ou não.



Andressa Pellanda é coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É pós-graduada em ciência política (FESP/SP), é bacharel em comunicação social, com habilitação em jornalismo (ECA/USP) e é especialista em negociação diplomática (Fundação Diplo/Suíça). Pesquisa advocacy e políticas educacionais, especialmente as temáticas educação política, qualidade, financiamento e mecanismos de privatização da educação. Atua também como educadora popular, no Cursinho Construção, em São Paulo.

Analfabetismo no Brasil: estratégias para superação e atual cenário político

GARANTIR O ACESSO À ESCOLA E UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE ASSOCIADA A DEMAIS POLÍTICAS SOCIAIS SÃO CONDIÇÕES PARA ENFRENTAR O ANALFABETISMO

Sérgio Haddad

Como a história nos ensina, para que um país supere o analfabetismo de jovens e adultos são necessárias três estratégias: programas de escolarização, uma educação básica de qualidade e condições sociais adequadas.

A primeira estratégia é a mais fácil de ser compreendida. A oferta de escolarização voltada à população que não teve a oportunidade de frequentar a escola, seja por suas condições sociais ou por ausência da oferta, deve ser universal e gratuita. É fundamental, ainda, que esta escolarização respeite as características do educando: sua idade, condição de classe, gênero, raça, etnia, se vive em zona rural ou urbana. No caso brasileiro, significa, majoritariamente, um público dos mais pobres, da raça negra, moradores das zonas rurais e ou das periferias das cidades. Além dessa oferta é impor-

tante uma política pública que faça um chamado universal para todas as pessoas, estimulando a participação daquelas que por inibição ou dificuldade não se proponham a frequentar escolas. E esse chamado deve ser acompanhado de uma política de apoio ao educando, como, por exemplo, atendimento em casa, ou em ruas e bairros, nos locais de trabalho etc.

A segunda condição está voltada ao que comumente se chama por “fechar a torneira”. Uma educação básica de qualidade, universal, gratuita e laica é condição necessária para não precisar de programas de escolarização de pessoas jovens e adultas no futuro. O respeito a este direito humano está definido por lei e é obrigação do Estado garantir que todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação, tenham acesso a ele. A escolarização de jovens e adultos passará então a dedicar-se à formação continuada de todas as pessoas que assim desejarem, seja em relação aos aspectos do mundo do trabalho e da cidadania, àqueles relativos ao lazer, expressões artísticas e culturais.

Por último, a população deve ter condição de frequentar a escola. Não adianta existir uma oferta universal e de qualidade, se as pessoas por razões econômicas, sociais ou culturais não puderem vencer esta oportunidade. Não adianta ter escolas de qualidade para todos, se as crianças não se alimentam, vivem em condições precárias e são obrigadas a trabalhar para ajudar a sua família. Não há democracia educacional se não houver democracia econômica e social!

Se olharmos as taxas de analfabetismo dos últimos anos, o período em que ocorreu a maior queda foi durante o nacional-desenvolvimentismo da década de 50 e início de 60, quando estas três condições foram atendidas: programas de alfabetização de adultos, ampliação no atendimento da escolaridade básica e incorporação de setores populares no mercado de trabalho ampliando a sua renda e consumo.

Note-se que todo este esforço deve ser coordenado entre os três níveis de governo com o apoio e o estímulo do governo central aos demais, pois a responsabilidade pela oferta da educação é compartilhada entre eles.

Nos anos 90 e durante a primeira década deste século, estas três condições voltaram a ocorrer de maneira parcial e novamente as taxas de anal-

fabetismo caíram. Pela primeira vez, o número de analfabetos absolutos caiu também. No entanto, um novo fenômeno se apresentou: o aumento do número de analfabetos funcionais, aqueles que, passando pela educação básica, agora ampliada na sua oferta, acabaram deixando a escola sem ter adquirido as condições necessárias para ler e escrever de forma autônoma. Isto ocorreu porque a expansão da escola pública não foi acompanhada pela qualidade necessária.

O ciclo de queda foi interrompido novamente com a recente crise econômica e política que levou milhões de pessoas ao desemprego, piorando sensivelmente as condições de vida da população e a qualidade da oferta dos serviços públicos de educação.

Não há milagre a ser feito, apenas atender às três condições acima referidas!



Sérgio Haddad é coordenador de projetos especiais na Ação Educativa. Educador e economista, doutor em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em educação de jovens e adultos, educação popular e políticas públicas.

Debater política em sala de aula é imprescindível

“QUEM ENSINA NÃO TEM ÓDIO, QUEM É PROFESSOR MESMO NÃO TEM ÓDIO NENHUM” - MILTON SANTOS

Luana Tolentino

No ônibus, no metrô, no táxi, na universidade, na padaria, no supermercado, na farmácia, no samba. Por onde ando o assunto é um só: as eleições de 2018. Na sala de aula, não é diferente. Os candidatos à presidência da República estão sempre nas conversas dos meus alunos e alunas.

Carmen disse que a mãe vai votar no mesmo candidato que eu. Segundo o Arthur, seu pai votará no inominável. Indignada, Camille afirmou ser uma injustiça o que estão fazendo com o político que provavelmente venceria as eleições ainda no primeiro turno.

Ao contrário dos defensores da Escola sem Partido, não acredito em neutralidade. Tenho lado. Caminho de braços dados com aqueles e aquelas que são a favor da democracia, da justiça e da igualdade. Por meio das minhas ações e da minha escrita, luto pelo fim das opressões que afligem, sobretudo, os negros, as mulheres e os pobres.

Tudo isso não impede que eu proponha metodologias de ensino que tenham como finalidade pen-

sar e discutir o cenário político atual, como também perceber de que maneira ele impacta em nossa vida. Posso fazer isso sem ferir a autonomia e o direito à livre expressão dos estudantes. Guiada pelo pensamento de Paulo Freire, parto do princípio de que é preciso fomentar uma educação para a “decisão, para a responsabilidade social e política”.

Desde o início do ano, tenho privilegiado atividades em grupo. A experiência tem me mostrado que além de realizá-las com mais entusiasmo, tal método contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade entre os estudantes, além de fomentar a percepção de que nenhum colega deve ser excluído.

Desse modo, sugeri a formação de grupos em minhas turmas do 8º ano do ensino fundamental. Cada um ficará responsável pela apresentação das propostas de governo dos presidenciáveis. Em seguida, realizaremos um debate. Por meio dessa prática, pretendo fazer com que eles analisem as consequências do discurso de ódio adotado por alguns candidatos e o significado da política neoliberal defendida por outros. Pretendo ainda fazer com que eles avaliem quais candidatos apresentam um plano de governo que vá ao encontro das necessidades reais da maioria da população, que infelizmente ainda é formada por indivíduos cujo exercício da cidadania plena está longe de ser conquistado.

Na próxima semana, os primeiros trabalhos serão apresentados. Confesso que estou bastante ansiosa. Sempre me encanto com os saberes que os meus alunos e alunas trazem de casa e são capa-

zes de construir. Nesses momentos, a professora cede lugar à mediadora, que ensina, mas também aprende. Estou certa de que teremos um debate longo e acalorado.

Ao propor essa prática pedagógica protagonizada por estudantes com idade entre 13 e 15 anos, me aproximo das proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)s, que orientam quanto a necessidade de pedagogias voltadas “para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva

e a afirmação do princípio da participação política.”

Segundo Philip Alston, relator especial da ONU, as medidas adotadas pelo atual governo, como a Emenda Constitucional 95 (EC 95), que congelou os gastos sociais por 20 anos, condenam toda uma geração à pobreza. Nesse sentido, as eleições desse ano terão um papel crucial para juventude desse país.

Embora ainda não votem, meus alunos precisam saber disso. Sendo assim, debater política em sala de aula é essencial. É imprescindível.



Luana Tolentino é mestra em Educação pela UFOP. Há 10 anos é professora de História em escolas públicas da periferia de Belo Horizonte e da região metropolitana da cidade. Suas práticas pedagógicas partem do princípio de que é preciso construir uma educação antirracista, feminista e inclusiva, comprometida com o respeito, com a justiça e com a igualdade.